

*Psicologia no Piauí: avanços,
desafios e práticas no atendimento a
mulheres vítimas de violência sexual
na atualidade*



**GLÍCIA TEIXEIRA DE MOURA
SOUSA**

Psicóloga (CRP 21/436) e Advogada (OAB/PI 25.762). Especialista em Saúde Mental ; Gestão em Saúde e Psicologia da Saúde. Coordenadora do Serviço de Psicologia e colaboradora do Serviço de Atendimento a Pessoas Vítimas de Violência Sexual ambos no Hospital Regional Manoel de Sousa Santos, em Bom Jesus – PI.

PSICOLOGIA NO PIAUÍ: AVANÇOS, DESAFIOS E PRÁTICAS NO ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA ATUALIDADE

RESUMO

O presente artigo analisa o papel da Psicologia no enfrentamento da violência sexual contra mulheres no Estado do Piauí. Inicia com um resgate histórico da subordinação feminina e do machismo estrutural, evidenciando como esses fatores sustentam a violência de gênero. Aponta que, embora haja avanços legislativos e mobilizações feministas, o problema persiste de forma alarmante, afetando especialmente meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade. O texto destaca a consolidação da Psicologia no Piauí desde o final dos anos 1990, com a criação de cursos e a atuação do Conselho Regional de Psicologia. Enfatiza a inserção da Psicologia nas políticas públicas de saúde, assistência social e educação, com especial atenção aos Serviços de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), presentes em diversas cidades e essenciais no acolhimento humanizado e multidisciplinar das vítimas. Apesar dos avanços, persistem desafios como a baixa cobertura dos serviços fora da capital, estigmas sociais, despreparo técnico das equipes e falta de articulação intersetorial. O texto defende a necessidade de políticas públicas integradas, formação continuada e práticas psicológicas éticas, interseccionais e comprometidas com os direitos humanos. A Psicologia é apresentada como peça-chave na escuta qualificada, reparação subjetiva e transformação social, sendo fundamental para o combate à violência de gênero e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Psicologia. Violência Sexual. Gênero. Políticas Públicas. Piauí.

ABSTRACT

The presente article analyzes the role of Psychology in addressing sexual violence Against women in the state of Piauí, Brazil. It begins with a historical overview of female subordination and structural machismo, highlighting how these factors sustain gender-based violence. The article notes that, despite legislative advances and feminist mobilizations, the problem persists alarmingly, especially affecting girls and women in vulnerable situations. It underscores the consolidation of Psychology in Piauí since the late 1990s, with the establishment of academic programs and the work of the Regional Psychology Council. The text emphasizes the integration of Psychology in to public policies in health, social assistance, and education, with particular focus on the Sexual Violence Victim Support Services (SAVVIS), which are present in several cities and are essential for providing humanized and multidisciplinary care to victims. Despite the progress made, challenges remain, such as limited service coverage outside the capital, social stigmas, inadequate technical training of teams, and lack of intersectoral coordination. The article advocates for integrated public policies, continuous professional training, and ethical, intersectional psychological practices committed to human rights. Psychology is presented as a key component in providing qualified listening, subjective healing, and social transformation, playing a fundamental role in combating gender violence and building a more just and equitable society.

Keywords: Psychology. Sexual Violence. Gender. Public Policies. Piauí.

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual contra mulheres é uma grave violação dos direitos humanos, enraizada em estruturas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade de gênero. No Piauí, a consolidação da Psicologia como ciência e profissão tem desempenhado um papel crucial no enfrentamento dessa problemática, especialmente no atendimento a vítimas de violência sexual (Teixeira *et al.*, 2023).

Higaki et al. (2022), ressalta que esse tipo de violência ainda é permeada por estigmas, silenciamentos e a responsabilização da vítima, o que contribui para sua subnotificação e revitimização. No Piauí, esse cenário é agravado por fatores como desigualdade socioeconômica, fragilidade das redes de proteção e escassez de serviços especializados. Diante disso, torna-se fundamental problematizar não apenas os aspectos individuais da violência, mas também as dimensões estruturais e institucionais que a sustentam, exigindo a atuação integrada entre diferentes áreas, com destaque para a Psicologia.

Nesse contexto, a atuação da Psicologia no Piauí tem se mostrado essencial não apenas no atendimento clínico às vítimas, mas também na construção de estratégias intersectoriais que visem à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual. A escuta qualificada, o acolhimento humanizado e a compreensão das múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres são elementos centrais na prática psicológica, que busca romper com o ciclo de silêncio e exclusão. Assim, a Psicologia se articula como uma ferramenta potente na luta por justiça social e garantia de direitos, conectando-se diretamente à necessidade de superar os estigmas e as omissões institucionais que perpetuam a violência de gênero no estado (Carvalho *et al.*, 2023).

Justifica-se esta pesquisa pela necessidade de compreender como a atuação psicológica contribui para a escuta qualificada, acolhimento e cuidado às vítimas, especialmente no âmbito dos SAVVIS. A partir desse olhar, busca-se identificar práticas exitosas, lacunas nos serviços e desafios enfrentados pelos profissionais, visando fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual. Além disso, a análise do contexto piauiense permite subsidiar ações futuras mais efetivas, adaptadas às especificidades locais e às demandas das mulheres em situação de violência (Rovai; Castelo Branco, 2021).

Este texto busca explorar o contexto histórico da violência contra a mulher em interface com a Psicologia no Estado do Piauí, bem como os avanços e os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas e serviços especializados, com ênfase nos Serviços de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS).

2. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o objetivo de analisar a atuação da Psicologia no enfrentamento à violência sexual contra mulheres no Estado do Piauí. A escolha por esse método se justifica pela necessidade de compreender a complexidade dos aspectos sociais, institucionais e subjetivos envolvidos no atendimento às vítimas.

Os dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica e documental, com ênfase em publicações acadêmicas, legislações, relatórios técnicos e dados estatísticos entre 2020 e 2025. As fontes consultadas incluíram SciELO, Google Scholar, BVS e documentos da SESAPI e do Ministério da Saúde. A análise seguiu a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), permitindo a categorização temática.

Os critérios de inclusão envolveram documentos e estudos publicados no Brasil, em português, com foco na violência sexual contra mulheres, atuação da Psicologia e políticas públicas no Estado do Piauí, especificamente relacionados aos Serviços de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS).

Foram priorizadas fontes com conteúdo técnico ou científico, devidamente referenciado, sendo excluídos materiais opinativos sem respaldo técnico, documentos com dados desatualizados anteriores a 2015, publicações que não tratassem especificamente da realidade piauiense ou que abordassem a violência sexual sem relação com a atuação psicológica. Como não houve envolvimento direto de sujeitos humanos, a pesquisa está isenta de aprovação ética, conforme Resolução nº 510/2016 do CNS.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. MULHERES, VIOLÊNCIA E MACHISMO ESTRUTURAL: UM CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

Historicamente, as mulheres foram excluídas da esfera pública e associadas à fragilidade e à passividade. Na Grécia Antiga, eram consideradas naturalmente inferiores e subordinadas aos homens. Na Idade Média, essa visão foi reforçada por doutrinas religiosas que as viam como portadoras do pecado original. Com a Revolução Industrial, ingressaram no mercado de trabalho, mas em condições precárias. No século XIX, discursos científicos

reforçaram estereótipos de gênero. Essa construção histórica ainda afeta as relações sociais atuais (Ribeiro; Pereira; Lima, 2022).

Apesar dos avanços feministas no século XX, o legado da subordinação feminina permanece. A cultura patriarcal, enraizada nas instituições e práticas sociais, contribui para a manutenção da desigualdade. A invisibilidade das mulheres no passado ajuda a explicar sua marginalização contemporânea. Estereótipos de gênero continuam sendo reforçados por meios de comunicação e normas sociais. A igualdade formal não garante, por si só, equidade nas relações sociais. Isso evidencia a necessidade de transformações culturais profundas (Paula; Sant'Ana 2022).

O machismo estrutural representa práticas e discursos institucionalizados que sustentam a superioridade masculina. Não se trata de comportamentos individuais, mas de um sistema presente em instituições como Estado, escola, mídia e Justiça. Suas expressões incluem desigualdade salarial, erotização precoce de meninas, e baixa representatividade política. Também se manifesta no silenciamento de vítimas e na responsabilização feminina pela violência sofrida. Tudo isso reforça a hierarquia de gênero e normaliza a impunidade (Chamma *et al.*, 2023).

A violência contra a mulher reflete essas estruturas patriarcais. Segundo a OMS 2021, uma em cada três mulheres sofre violência de gênero no mundo. No Brasil, uma mulher é agredida a cada quatro minutos. Essa violência é física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Vai além de atos isolados, estando ligada à cultura de dominação masculina. Ela compromete os direitos humanos e impacta profundamente a vida das vítimas. A impunidade contribui para a continuidade do ciclo da violência (Coelho; Wendt, 2024).

Durante décadas, as instituições falharam em reconhecer a violência de gênero como problema social. A omissão estatal e o preconceito institucional são formas de violência simbólica. Barreiras como dependência econômica, falta de apoio e descrédito impedem muitas mulheres de denunciar. A revitimização e a negligência institucional agravam o sofrimento. A responsabilização das vítimas ainda é comum, dificultando o enfrentamento da violência. Isso evidencia a necessidade de mudanças estruturais e institucionais (Mello; Lobo; Scheer, 2023).

A luta feminista foi essencial para dar visibilidade à violência de gênero e exigir respostas efetivas. A partir da segunda metade do século XX, movimentos de mulheres conquistaram avanços importantes. No Brasil, leis como a Maria da Penha 2006 e a do Feminicídio 2015 representam marcos legais. No entanto, sua eficácia depende de aplicação comprometida e transformação cultural. A Psicologia, entre outras áreas, tem papel

fundamental na escuta e no acolhimento das vítimas. Também contribui na construção de práticas sociais mais justas e igualitárias (Toledo de Castro; Wenceslau, 2025)

A educação tem papel fundamental no enfrentamento ao machismo estrutural e à violência de gênero. É por meio dela que se pode desconstruir estereótipos, promover o respeito às diferenças e estimular a equidade nas relações. A inclusão de uma educação com perspectiva de gênero nas escolas é essencial para formar cidadãos mais conscientes. Professores e instituições educacionais precisam estar preparados para abordar essas questões com seriedade. A mudança cultural começa na infância, com o questionamento de normas tradicionais de masculinidade e feminilidade. Investir em educação crítica é investir na prevenção da violência (Guimarães Scalco; Pinto, 2023).

Além disso, é necessário fortalecer as redes de apoio e os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. Centros de referência, casas de abrigo, delegacias especializadas e atendimento psicológico são recursos indispensáveis. Esses serviços devem ser acessíveis, bem estruturados e com equipes capacitadas para acolher sem julgamento. O investimento em políticas públicas de proteção é urgente, especialmente em regiões mais vulneráveis. Também é fundamental ouvir as mulheres e incluir suas vozes na construção de soluções. Somente com um compromisso coletivo será possível avançar em direção à justiça de gênero (Nascimento; Cavalcante, 2025).

3.2. CONSOLIDAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA PSICOLOGIA E SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO PIAUÍ

A Psicologia foi regulamentada como profissão no Brasil com a promulgação da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. No entanto, sua consolidação nas regiões Norte e Nordeste ocorreu de forma mais tardia, em razão da escassez de cursos de formação, da carência de profissionais qualificados e da centralização das políticas públicas em Estados mais desenvolvidos economicamente. Esse contexto dificultou a institucionalização da Psicologia em Estados como o Piauí, que enfrentaram obstáculos históricos, políticos e culturais para integrar a profissão de maneira estruturada às suas políticas sociais (Silva; Boakari, 2024).

No Piauí, os primeiros currículos dos cursos de Psicologia datam de 1997 e 1998, sendo baseados no “currículo mínimo” definido pelo Parecer 403/62 do Conselho Federal de Educação. O primeiro curso superior de Psicologia do Estado foi criado em 1998 pela Faculdade Santo Agostinho (FSA), em Teresina, com a oferta da graduação em Psicologia –

Formação de Psicólogo. Nesse mesmo ano, a instituição lançou seu vestibular inaugural, marcando o início da formação acadêmica na área. Em 2003, a FSA também implantou a primeira Clínica Escola de Psicologia do Estado, oferecendo atendimento gratuito à população e práticas profissionais aos estudantes (Carvalho *et al.*, 2023).

Pouco tempo depois, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) também instituiu seu curso de Psicologia, ainda no final da década de 1990. A contribuição da UESPI foi essencial para a ampliação da formação de psicólogos e para o fortalecimento da profissão no interior do Estado. A presença de instituições públicas e privadas oferecendo formação em Psicologia tornou-se estratégica para atender às demandas locais em saúde mental, assistência social e educação. Essa expansão acadêmica refletiu-se na qualificação de profissionais e no aumento da oferta de serviços psicológicos à população (Almeida *et al.*, 2023).

A consolidação da Psicologia no Piauí está intimamente ligada à valorização de seu compromisso ético e social. A profissão passou a integrar lutas por equidade, saúde mental e direitos humanos, ganhando espaço em políticas públicas e contextos institucionais diversos. A trajetória da Psicologia no Estado foi marcada por um processo de adaptação à realidade regional, com práticas voltadas à transformação social, à escuta qualificada e ao acolhimento das demandas da população, especialmente dos grupos mais vulnerabilizados (Carvalho, 2024).

A estruturação institucional da profissão também foi um marco importante para sua consolidação. A criação do Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região (CRP-21), que inicialmente abarcava os Estados do Piauí e Maranhão, possibilitou a organização da categoria e a fiscalização do exercício profissional. Após sua separação administrativa, o CRP-21/PI passou a atuar de forma autônoma, desenvolvendo ações de defesa da profissão, da ética e dos direitos da população atendida pelos serviços psicológicos. Esse movimento fortaleceu a presença da Psicologia no debate público e na formulação de políticas regionais (Teles; Viégas, 2024)

A atuação do CRP-21/PI tem sido estratégica para garantir que a Psicologia no Estado mantenha seu compromisso com a democracia e a justiça social. Entre as ações desenvolvidas estão a fiscalização de clínicas, a promoção de capacitações voltadas à ética profissional e aos direitos humanos, e a participação em conselhos de saúde, educação e assistência social. Além disso, o Conselho mobiliza a categoria em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reafirmando a Psicologia como ciência comprometida com a escuta, com o cuidado ampliado e com a transformação da realidade social (Castro; Wenceslau, 2025).

Um dos marcos mais importantes para a consolidação da Psicologia no Piauí foi sua inserção nas políticas públicas de saúde, assistência social e educação. A partir da Reforma Psiquiátrica e da implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), psicólogos passaram a atuar em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), NASFs (atualmente e-MULTI), Unidades Básicas de Saúde e programas de atenção à mulher, à infância e juventude (Siebr; Guareschi, 2025).

No campo da Assistência Social, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o profissional de Psicologia passou a compor as equipes de referência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo figura central no atendimento psicossocial, mediação de conflitos familiares e acompanhamento de situações de violência (Oliveira Filho *et al.*, 2024).

Além disso, a Psicologia Educacional tem ganhado espaço nas redes públicas de ensino, especialmente no acompanhamento psicopedagógico de estudantes em situação de vulnerabilidade, principalmente após a promulgação da Lei 13.935/19 que garante atendimento psicológico a alunos de escolas públicas (Silva; FacCI; Anache, 2021).

3.3 ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO PIAUÍ: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PSICOLOGIA

3.3.1. SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL (SAVVIS)

Os Serviços de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS) são unidades especializadas que oferecem atendimento emergencial, integral e multidisciplinar a vítimas de violência sexual, independentemente de gênero e idade. O atendimento inclui acolhimento psicológico, assistência médica, profilaxias, coleta de material para exames periciais e encaminhamentos para outros serviços da rede de atenção (Brito *et al.*, 2024).

O SAVVIS é um serviço que abrange todo o Piauí e foi implementado em 2004, tendo como objetivo o planejamento, organização e assistência às mulheres que são vítimas de violência sexual, independentemente da localidade em que se encontrem. Além disso, o serviço busca prevenir a gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis (ISTs) em casos de violência sexual. É composto por uma equipe multiprofissional que inclui médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e pessoal de apoio. Essa equipe é responsável por proporcionar assistência integral às mulheres que sofrem violência sexual (Silva, 2024).

De acordo com o Governo do Estado do Piauí (2025), os SAVVIS estão presentes em diversos municípios, incluindo Parnaíba, Floriano, Bom Jesus, Corrente, Picos, São Raimundo Nonato e Campo Maior. Em Teresina, o Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVIS) funciona na Maternidade Dona Evangelina Rosa, oferecendo atendimento exclusivo para mulheres. Recentemente, o Piauí ampliou os serviços de atendimento a vítimas de violência sexual para incluir homens. O Hospital Dr. Ozéas Sampaio, bairro Matadouro, em Teresina, tornou-se referência para o atendimento a vítimas do sexo masculino, já no interior do Estado, tem-se o Hospital Regional Manoel de Sousa Santos, em Bom Jesus, ambos funcionando 24 horas por dia, todos os dias da semana.

No ano de 2024 os atendimentos realizados pelo SAVVIS do Estado do Piauí estão descritos na tabela a seguir:

Tabela 1 - Consolidado de atendimentos realizados no ano de 2024, considerando o mês de atendimento e faixa etária no Serviço de Atendimento as Mulheres Vítimas de Violência Sexual

CONSOLIDADO ANUAL DOS ATENDIMENTOS DO SAMVIS PIAUÍ - 2024														
MESES	Nº DE CASOS	SAVVIS/SAMVIS								FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA (Feminino)				
		TERESINA	CAMPO MAIOR	PARNAÍBA	PICOS	FLORIANO	SÃO RAIMUNDO NONATO	CORRENTE	BOM JESUS	≤ 4	05 a 09	10 a 19	20 a 59	60 +
JANEIRO	67	38	0	10	8	3	6	0	2	8	14	37	8	0
FEVEREIRO	79	49	1	8	8	5	4	2	2	9	14	43	12	1
MARÇO	80	50	2	11	5	4	3	4	1	6	11	53	8	2
ABRIL	104	59	0	12	18	5	4	2	4	11	19	61	13	0
MAIO	119	63	1	15	21	7	1	6	5	14	24	66	15	0
JUNHO	110	70	1	11	8	9	5	4	2	15	18	70	7	0
JULHO	84	49	1	8	11	3	1	2	9	10	19	44	11	0
AGOSTO	103	63	2	8	14	8	3	2	3	10	21	56	15	1
SETEMBRO	82	41	0	9	14	6	5	2	5	7	14	51	10	0
OUTUBRO	96	56	1	11	6	11	6	1	4	9	9	63	15	0
NOVEMBRO	81	54	1	9	8	3	0	2	4	13	13	41	14	0
DEZEMBRO	79	45	3	9	14	3	1	0	4	12	11	42	14	0
TOTAL	1084	637	13	121	135	67	39	27	45	124	187	627	142	4
									%	11,5	17	58	13,1	0,4

Fonte: Coordenação de Saúde da Mulher/SESAPI

A tabela acima se refere aos atendimentos realizados pelos Serviços de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Sexual (SAMVIS/SAMVVIS) no Estado do Piauí, no ano de 2024, com foco exclusivo nas vítimas do sexo feminino. Percebe-se que a faixa etária com maior número de atendimentos é a de 10 a 14 anos, indicando um alto índice de violência sexual contra meninas na pré-adolescência. Havendo também um volume expressivo nas

faixas de 0 a 9 anos e 15 a 19 anos, o que reforça a vulnerabilidade da infância e adolescência nesse tipo de violência. Os números tendem a diminuir progressivamente a partir dos 30 anos, com um número significativamente menor de casos em mulheres com mais de 60 anos.

Os dados indicam que a maior parte das vítimas atendidas são menores de idade, o que exige uma articulação forte entre as políticas de proteção infantil, o sistema educacional e a rede de saúde. Outro aspecto importante considerar que os dados refletem apenas os casos atendidos e registrados, e que pode haver subnotificação, especialmente entre as faixas etárias mais avançadas; ademais a concentração de casos entre crianças e adolescentes reforça a necessidade de programas de prevenção e educação sexual nas escolas; capacitação de profissionais da saúde e educação para detecção precoce; fortalecimento dos canais de denúncia e da atuação dos Conselhos Tutelares.

O gráfico evidencia que a violência sexual no Piauí, em 2024, atingiu majoritariamente meninas e adolescentes, com pico na faixa dos 10 a 14 anos. Esse panorama revela a urgência de ações intersetoriais que garantam a proteção, acolhimento e responsabilização dos agressores, além de um trabalho contínuo de prevenção.

A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (Sesapi) tem promovido reuniões com diversas secretarias e órgãos para discutir a integração de protocolos de atendimento às vítimas de violência sexual. O objetivo é unificar o atendimento, fortalecer os serviços prestados e a violência sexual contra mulheres é uma grave violação dos direitos humanos e uma expressão do machismo estrutural presente nas relações de gênero e nas instituições sociais. No Estado do Piauí, os índices de violência sexual permanecem elevados, sobretudo contra meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social. O atendimento psicológico a essas vítimas é fundamental para a reconstrução subjetiva, o rompimento do ciclo de violência e o acesso a direitos. No entanto, esse atendimento ainda enfrenta inúmeros entraves, tanto estruturais quanto simbólicos.

3.3.2. O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Silva (2024) destaca a relevância de um acolhimento psicológico qualificado é essencial para mitigar os danos causados pela violência sexual. O papel do psicólogo, nesse contexto, vai além da escuta terapêutica: trata-se de uma atuação ética, crítica e intersetorial, articulada com políticas de saúde, segurança pública, justiça e assistência social.

Conforme o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), a atuação psicológica deve prezar por práticas que respeitem o tempo e o sofrimento da vítima, evitem

revitimizações e contribuam para a construção de um espaço de segurança e autonomia. Conforme o Código de Ética do Psicólogo, é dever do profissional promover o bem-estar, a dignidade e os direitos das pessoas atendidas, especialmente em contextos de violência.

Segundo a Secretaria das Mulheres do Piauí (2024), os maiores desafios observados por profissionais psicólogas atuantes no Hospital e Maternidade Dona Evangelina Rosa e no Hospital de Urgência de Teresina são resistência familiar, medo de represálias, falta de estrutura física e emocional dos serviços, ausência de rede de apoio, e burocratização dos fluxos de notificação.

Já as profissionais de psicologia do interior do Estado, como do SAVVIS do Hospital Regional Manoel de Sousa Santos em Bom Jesus, referem que, mesmo em municípios com CRAS e CREAS, o atendimento ainda é superficial e desarticulado, devido à falta de capacitação das equipes e ao preconceito local, que frequentemente culpabiliza as vítimas. Os profissionais muitas vezes atuam sem supervisão técnica e enfrentam sobrecarga de trabalho, o que compromete a qualidade do atendimento (Silva; Santos, 2021).

3.3.3. AVANÇOS RECENTES E DESAFIOS

O Estado do Piauí tem avançado na criação de políticas públicas para mulheres. A Secretaria de Segurança Pública tem implementado ações como o programa "Patrulha Maria da Penha", que prioriza a segurança de mulheres vítimas de violência, mas que também busca integrar serviços de segurança, saúde, justiça e assistência para garantir atendimento integral ao público assistido (Gomes; Castelo, 2021).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2024), o Estado aderiu ao Protocolo Humanizado de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, lançado nacionalmente em 2023, que prevê a capacitação continuada dos profissionais da rede SUS e o fortalecimento dos SAVVIS.

Nos últimos anos, também pode-se observar uma crescente valorização da Psicologia no Piauí, refletida na ampliação de concursos públicos, na criação de programas de residência multiprofissional, na presença de psicólogos em contextos antes restritos, como o sistema prisional, a segurança pública, o Judiciário e o esporte (Conselho Federal de Psicologia, 2024).

Segundo Milhomem Sousa, Cunha Gallas e Perez (2021), a atuação junto às mulheres vítimas de violência, pessoas LGBTQIAPN+, população negra, ribeirinha e quilombola tem se mostrado uma das frentes mais significativas de inovação e compromisso social da Psicologia no Estado. A construção de práticas interseccionais, decoloniais e territorializadas

tem caracterizado uma nova geração de profissionais atentos às especificidades culturais e históricas da população piauiense.

Apesar dos avanços, muitos desafios ainda dificultam a efetivação de um atendimento psicológico digno e integral no Piauí como a baixa cobertura dos SAVVIS fora da capital e cidades-polo; estigma social em torno da violência sexual, que gera medo, silêncio e culpa; despreparo das equipes para acolher mulheres com escuta empática e sem julgamento; falta de articulação entre os setores de saúde, justiça, segurança pública e assistência; ausência de protocolos locais padronizados para o atendimento psicológico (Silva; Oliveira, 2023)

Além disso, a lógica biomédica ainda prevalece em muitos serviços de saúde, reduzindo o sofrimento psíquico a sintomas clínicos e negligenciando os aspectos subjetivos, sociais e culturais da violência.

3.3.4. PERSPECTIVAS

Segundo Silva et al. (2021), para fortalecer o atendimento psicológico a mulheres vítimas de violência sexual no Piauí, é necessário expandir os SAVVIS para o interior, com formação de equipes multiprofissionais treinadas; promover campanhas educativas que enfrentem o machismo e incentivem a denúncia; oferecer formação continuada aos psicólogos, com foco em gênero, interseccionalidade e trauma; incluir a Psicologia na educação em saúde, sensibilizando profissionais de outras áreas; fortalecer os vínculos entre universidade e serviços públicos, através de estágios, residências e projetos de extensão; criar centros de escuta qualificada nas redes municipais, com supervisão técnica constante; garantir financiamento público contínuo para os programas de enfrentamento à violência contra a mulher.

No que se refere à Psicologia, apesar dos avanços, ainda se enfrentam obstáculos significativos. Entre eles, destacam-se: a precarização dos salários e das condições de trabalho, especialmente no setor público; a sobrecarga dos profissionais em serviços subdimensionados; a falta de psicólogos em muitos municípios do interior; a carência de formação continuada e espaços de supervisão técnica; a necessidade de romper com práticas clínicas individualistas e medicalizantes que ainda persistem, muitas vezes desvinculadas da realidade social dos sujeitos atendidos (Amaral; Rodrigues, 2024).

Além disso, o machismo, o racismo estrutural e a LGBTfobia ainda são barreiras que impactam tanto os profissionais quanto os usuários dos serviços de saúde mental, exigindo

posturas ativas, antidiscriminatórias e interdisciplinares por parte da categoria (Trujillo; Bertulino, 2024).

3.3.5. PROJEÇÕES FUTURAS

A consolidação da Psicologia no Piauí requer o fortalecimento das políticas públicas, a ampliação de espaços de diálogo entre a Universidade e os serviços, e o compromisso ético com os direitos humanos. Espera-se que o futuro da Psicologia no Estado caminhe em direção a uma prática mais crítica, contextualizada e voltada à justiça social (Santos; Oliveira; Carvalho, 2023).

Projetos de extensão universitária, grupos de pesquisa, redes de apoio mútuo e ações integradas entre os diferentes níveis de gestão pública são caminhos promissores para a qualificação da atuação psicológica. Investir na interiorização da profissão, na formação continuada e na articulação com os movimentos sociais é fundamental para consolidar uma Psicologia plural, comprometida com as realidades locais e com os sujeitos historicamente marginalizados (Patias *et al.*, 2024).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a violência contra a mulher em sua historicidade e ligação ao machismo estrutural é fundamental para políticas públicas eficazes e duradouras. A questão vai além do combate a agressões isoladas, exigindo a desconstrução de um sistema que perpetua a opressão feminina em normas culturais e práticas institucionais. Esse sistema atua transversalmente na sociedade, legitimando desigualdades e naturalizando a violência. A superação dessa realidade requer ações intersetoriais em educação, saúde, justiça e assistência social. Essas ações devem promover empoderamento, responsabilização dos agressores e transformação cultural. Só assim será possível enfrentar as raízes do problema.

Nesse contexto, a Psicologia desempenha papel essencial na escuta qualificada e acolhimento das vítimas. O suporte psicológico permite às mulheres ressignificar suas experiências, enfrentando traumas e recuperando autonomia. A atuação exige preparo técnico, sensibilidade ética e compromisso com direitos humanos, respeitando a complexidade individual. O psicólogo atua como agente de transformação social, promovendo cuidado e

mudanças estruturais. Assim, a Psicologia assume dimensão social e política, essencial no combate à desigualdade de gênero.

Os Serviços de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS/SAMVVIS) são políticas públicas indispensáveis para proteção e cuidado. Oferecem acolhimento humanizado, atendimento emergencial e suporte psicológico e jurídico, rompendo ciclos de violência. A Psicologia tem papel central, acompanhando desde o acolhimento até o tratamento continuado. Equipes interdisciplinares fortalecem a rede e articulam saúde, educação, assistência social e justiça. Esses serviços devem ser entendidos como espaços permanentes de cuidado, prevenção e promoção de direitos humanos.

A consolidação da Psicologia no Piauí depende do reconhecimento de seu papel na luta contra a violência de gênero e na garantia da saúde mental. Vencer desafios históricos exige atuação ética, crítica e compromisso com a transformação social. O psicólogo deve ultrapassar a clínica tradicional e se posicionar contra violências estruturais. A valorização da Psicologia implica ampliar sua presença nas políticas públicas e debates intersetoriais. Assim, reafirma-se seu compromisso com a dignidade humana e a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. de; SANTOS, T. C.; SILVA, E. H. B. da; NEGREIROS, F. Psicologia da educação na formação de professores: historiografia das primeiras escolas normais do Piauí. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 42, p. 352–366, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1533>. Acesso em: 29 maio 2025.

AMARAL, Débora Regina; RODRIGUES, Thalita Lorrane Rocha. Saúde mental e racismo estrutural: elementos para uma análise contemporânea. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, v. 8, n. Especial, p. 357–369, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/8011>. Acesso em: 30 maio 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRITO, M. A. S. et al. Atuação do enfermeiro no serviço de atendimento à vítima de violência sexual (SAVVIS). *Revista Formação em Saúde*, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/atuacao-do-enfermeiro-no-servico-de-atendimento-a-vitima-de-violencia-sexual-savvis/>. Acesso em: 30 maio 2025.

CANDEIRA, Bruna Saraiva; CARVALHO, Leilanir de Sousa; NEGREIROS, Fauston. Psicologia Escolar e Políticas Públicas no Piauí: limitações para a prática profissional. In: **Anais do Congresso de Psicologia Escolar e Educacional do Maranhão**, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/samor/Downloads/O_psicologo_escolar_em_politicas_publicas_no_Piaui.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

CARVALHO, L. S.; SANTOS, T. C.; ALMEIDA, M. C.; NEGREIROS, F. Pioneiras/os da psicologia escolar no Estado do Piauí: um estudo historiográfico. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 40, p. 1–24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/42601>. Acesso em: 29 maio 2025.

CARVALHO, N. de L.; D’AFFONSECA, S. M.; SANTOS, J. V. dos; SANTIAGO, A. A.; DIONÍSIO, M. B. R. Desafios no atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero na universidade. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 12, e5228, 2023. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/5228>. Acesso em: 28 maio 2025.

CARVALHO, Leilanir de Sousa. Historiografia da psicologia escolar e educacional no Piauí: do pioneirismo na década de 1990 aos primeiros serviços da segunda década do século XXI. 2024. 143 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Belém, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/17218>. Acesso em: 29 maio 2025.

CHAMMA, R. de A.; ARAÚJO, L. C. da S.; MENDONÇA ESTEVES, T.; GOMES DE SOUZA, L. C. Violência conjugal: por que as mulheres permanecem neste contexto? **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/44025>. Acesso em: 29 maio 2025.

COELHO, N. C.; WENDT, G. W. Violência contra a mulher brasileira na zona rural: uma revisão da literatura. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/50183>. Acesso em: 29 maio 2025.

CRP-21. **Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região - Piauí**. Relatórios institucionais e notas públicas. Disponível em: <https://crp21.org.br>. Acesso em: 29 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no atendimento às mulheres em situação de violência**. 2. ed. Brasília: CFP, 2024. Disponível em: https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2024/11/CREPOP_RT_Mulheres_web.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 30 maio. 2025.

GUIMARÃES SCALCO, Lisiani; PINTO, Muriel. Violência contra a mulher e educação: uma revisão de literatura. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 42–58,

2023. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/473>. Acesso em: 29 maio 2025.

GOMES, Ana Cristina Jácome Castelo. Atuação do psicólogo na assistência a mulher vítima de violência doméstica: uma revisão integrativa. **Research Society and Development** 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356424805_Atuacao_do_psicologo_na_assistencia_a_mulher_vitima_de_violencia_domestica_uma_revisao_integrativa. Acesso em: 30 maio 2025.

HIGAKI, Álvaro K.; CALDEIRA, N. de S.; NASTARI, N. C.; SILVA, P. A. M. da; PEIREIRA, Y. C. L. Characterization of victims of sexual violence in the city of Palmas – TO. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e22611729807, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29807>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29807>. Acesso em: 28 maio 2025.

MELLO, Adriana Ramos de; LOBO, Marcela; SCHEER, Tais de Paula. Violência doméstica contra as mulheres em situação de rua e a pandemia da covid-19: como garantir o direito de acesso à Justiça? **Revista CNJ**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 15–28, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/315>. Acesso em: 29 maio 2025.
MILHOMEM SOUSA, Libni; CUNHA GALLAS, Ana Kelma; PEREZ, Olívia Cristina. A interseccionalidade em um movimento social LGBTQI+ de Teresina (PI): trajetória do Grupo Matizes. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 158–179, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12100>. Acesso em: 30 maio 2025.

NASCIMENTO, W. S. M. L.; CAVALCANTE, E. B. O papel das redes sociais na denúncia e no combate ao feminicídio. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. e15978, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/15978>. Acesso em: 29 maio 2025.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de; VELÔSO, Thelma Maria Grisi; ANDRADE, Lucélia de Almeida; CAMELO, Ana Clara Noberto; PORTO, Carolina Guimarães; MELO, Virgínia Gonçalves de. Reforma psiquiátrica brasileira: argumentos críticos de profissionais de hospitais psiquiátricos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 4, e230507, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xd59NgmsbfXCxDDh8VryYpD/>. Acesso em: 30 maio 2025.

PAULA, Luciane de; SANT’ANA, Carolina Gomes. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. **Fórum Linguístico**, v. 19, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/78876>. Acesso em: 29 maio 2025.

PATIAS, N. D.; SILVA, A. C. P. da; COELHO, E. A.; BRAGA, J. P. G. Extensão em Psicologia: formação universitária e promoção de saúde mental na comunidade. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, n. Edição Especial, p. 200–217, 2024. Disponível em: file:///C:/Users/samor/Downloads/rel_02_art_69_naiana_patias_outros.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

PIAUÍ. Governo do Estado. Oeiras implanta serviço de atendimento a vítimas de violência sexual. 2025. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/oeiras-implanta-servico-de-atendimento-a-vitimas-de-violencia-sexual/>. Acesso em: 30 maio 2025.

PIAUÍ. Secretaria de Estado da Saúde. Coordenação de Saúde da Mulher. **Consolidado de atendimentos realizados no ano de 2024, considerando o mês de atendimento e faixa etária no Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual**. Teresina: Gerência Estadual de Saúde da Mulher – SESAPI, 2024. Documento interno.

RABELO, L. do A.; DE AZAMBUJA, F. P.; DE ARRUDA, R. A. FEMINICÍDIO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO, UMA ANÁLISE CULTURAL, A LUZ DOS DIREITOS HUMANOS. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 543–566, 2025. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1145>. Acesso em: 29 maio. 2025.

RIBEIRO, P. K. C.; PEREIRA, L. M. S.; LIMA, L. V. C. Violence against women in the 21st Century: unveiling history. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 13, p. e452111335703, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35703>. Acesso em: 29 maio 2025.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; CASTELO BRANCO, Naira de Assis. Mulheres sobreviventes no Piauí: violência severa de gênero e patriarcado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QK7Ybkzqpp5LJPYwfKDG6z/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SANTOS, T. C. .; SANTOS, I. L.; ALMEIDA, M. C. de; CARVALHO, L. de S. .; NEGREIROS, F. . SERVIÇOS INAUGURAIS DE PSICOLOGIA ESCOLAR NO PIAUÍ: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 15, n. 43, p. 496–514, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8191177. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1757>. Acesso em: 30 maio. 2025.

SECRETARIA DAS MULHERES DO PIAUÍ. Secretaria das Mulheres une-se à Maternidade Dona Evangelina Rosa em oficina sobre violência sexual. *Portal do Governo do Piauí*, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/secretaria-das-mulheres-une-se-a-maternidade-dona-evangelina-rosa-em-oficina-sobre-violencia-sexual-1/>. Acesso em: 30 maio 2025.

SIEBR, Adolfo Jesiel; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Psicologia e SUS: historicizando uma aliança latente com a Saúde. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 36, e230094, 2025. Disponível em: <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/235393>. Acesso em: 30 maio 2025.

SILVA, Ana Paula da; SANTOS, João Carlos dos. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. *Revista da USP*, n. 130, p. 1–10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/Qx3cgLBtQrY8j3snQP8bn3J/>. Acesso em: 30 maio 2025.

SILVA, F. M. M. Acolhimento e seguimento intersetorial às crianças e adolescentes vítimas de violências. *IdeiaSUS Fiocruz*, 2024. Disponível em:

<https://ideiasus.fiocruz.br/praticas/acolhimento-e-seguimento-intersectorial-as-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencias/>. Acesso em: 30 maio 2025.

SILVA, Fabiana Monteiro Marques. Acolhimento e seguimento intersectorial às crianças e adolescentes vítimas de violências. *IdeiaSUS Fiocruz*, 14 abr. 2024. Disponível em: <https://ideiasus.fiocruz.br/praticas/acolhimento-e-seguimento-intersectorial-as-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencias/>. Acesso em: 30 maio 2025.

SILVA, Maria das Dores; OLIVEIRA, João Pedro. Violência Sexual e Aborto Legal: Possibilidades e Desafios da Atuação Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/63PwrHtyvBzb3BrRKtbWyCt>. Acesso em: 30 maio 2025.

SILVA, A. E.; BOAKARI, F. M. Training psychologists in the State of Piauí - discussing Brazil's racial questions. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 41, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Bnh43ksK3sH3YRL9Ptkkz3z/>. Acesso em: 29 maio 2025.

SILVA, Silvia Maria Cintra da; FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra Ayach. Psicologia escolar, implementação da Lei 13.935/19 e enfrentamentos à pandemia. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 25, p. e211554, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/DqS889bGcZh4MSGYb6FXWnB/?format=pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

SILVA, Maria Eduarda Wanderley de Barros et al. O sofrimento psíquico de mulheres vítimas de violência sexual. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9, p. e50210917574, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353634108_O_sofrimento_psiquico_de_mulheres_vitimas_de_violencia_sexual. Acesso em: 30 maio 2025.

TEIXEIRA, Fernanda Fernandes; GOMES, Bethânia de Sousa; OLIVEIRA, Victor Vicente de; LEITE, Roberta Vasconcelos. Acolhimento de vítimas de violência sexual em serviços de saúde brasileiros: revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 32, n. 3, e220253, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/F76K8HSJzbFbNKrrcFj8ZrD/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

TELES, Liliane Alves da Luz; VIÉGAS, Lygia de Sousa. *O estágio curricular obrigatório em Psicologia Escolar/Educacional crítica: uma experiência no Piauí*. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 28, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/FQkF6BMJXc8pMkwCH4MpCtn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2025.

TOLEDO DE CASTRO, J. A.; WENCESLAU, M. E. Política de enfrentamento à violência contra a mulher: Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande (MS). *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, v. 10, n. 2, p. 455–487, 2025. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1199?utm>. Acesso em: 29 maio 2025.

TRUJILLO, A.; BERTULINO, T. LGBTfobia e saúde mental: O impacto do preconceito sob a perspectiva cognitivo-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e*

Cognitiva, [S. l.], v. 26, n. 1, p. e241889, 2024. DOI: 10.31505/rbtcc.v26i1.1889. Disponível em: <https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/1889>. Acesso em: 30 maio. 2025.